



## Sessão Especial homenageia o Mês dos mestiços e dos Caboclos



A Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) realizou na manhã desta terça-feira (20), uma Sessão Especial em Homenagem ao mês do Mestiço e do Caboclo, conforme requerimento nº 1695/17 de autoria do deputado estadual e governador interino do Amazonas, David Almeida (PSD), que concedeu Diploma ao Mérito à coordenadora estadual do Movimento Nação Mestiça, Elda Alves. A sessão foi presidida pelo deputado Belarmino Lins (Pros).

Representando o governador David Almeida, o deputado estadual Dr. Gomes (PSD), afirmou que a sessão é um tributo à “força da nação brasileira”. “O IBGE indica que 50% da nação brasileira é de origem mestiça. Composta por milhões de brasileiros responsáveis por grande parte da nossa economia e grandeza. E todo o apoio que pudermos dar para que a Nação Mestiça continue engrandecendo nosso país esta Casa será protagonista”, afirmou Dr. Gomes.

Das mãos do deputado Belarmino Lins, a titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUSC), Graça Prola, recebeu diploma de Honra ao Mérito pelas suas ações em políticas públicas em benefício da igualdade de oportunidades.

“Aqui não vamos tecer qualquer teoria histórica ou antropológica. Hoje é dia de festejar a nação mestiça brasileira principalmente no Amazonas. Há grandes desafios ainda no preconceito e discriminação. E na área econômica quando ainda disputam melhorias salariais com a raça branca, os mestiços disputam maior acesso às escolas, porque somos enquanto pardos 71% da população iletrada”, declarou Graça Prola.

### Representatividade

A coordenadora estadual do Movimento Nação Mestiça, Elda Alves, lembrou aos deputados que pouco se avançou as políticas para a etnia mestiça e que ainda é preciso manter a resistência e exigir que o Conselho de Cultura da Prefeitura de Manaus respeite a Lei Orgânica e permita um representante mestiço na mesa.

“Queremos a ajuda dos deputados para fazer valer o que diz a Loman e termos um representante no Conselho de Cultura. Pouco se avança quando somos deliberadamente proibidos de um direito adquirido”, cobrou Elda Alves.

